

Forma final só sairá em abril

Desde que começou a vazar no começo da semana, o plano americano para a redução da dívida do Terceiro Mundo vem sofrendo modificações que bem poderiam mudar seu nome para plano de perdão da dívida. Amanhã, quando, espera-se que o secretário do Tesouro anuncie suas linhas gerais, Nicholas Brady estará dando apenas o pontapé oficial na continuação do processo de busca da forma definitiva da proposta, que estará concluído só em abril, quando se reúnem, paralelamente, o comitê interno do Fundo e o Grupo dos Sete (principais países industrializados). Estes em

última análise é que vão financiar esta caríssima operação de salvamento.

A primeira modificação de vulto aconteceu ontem, por pressão dos devedores latino-americanos. Eles conseguiram que a "janela assistencial", que seria instalada no Fundo com capital dos países ricos — principalmente o Japão — não funcione, em princípio, como uma agência que intermediaria a compra de papéis da dívida com desconto, mas sim repassando o dinheiro diretamente aos endividados para que eles façam a compra diretamente dos bancos.

Front interno — "Se os Estados

Unidos realmente aceitarem isso, eles vão ter uma tremenda dor de cabeça no front interno, porque terão que procurar algum modo de incentivar os bancos a entrarem nesta jogada, oferecendo seus papéis da dívida neste novo mercado", diz uma fonte que segue de perto as desventuras americanas ao longo das recentes discussões sobre o plano. Antes, os riscos implicavam no pagamento aos bancos por títulos com substancial desconto que, além de serem repassados aos devedores, tinham atados a eles garantias de instituições multilaterais. Agora, aceitando a proposta dos

devedores, os americanos consentem a criação de um mercado absolutamente novo para os papéis da dívida e, de alguma maneira, precisam forçar os credores a participar dele.

Nesse quadro, a proposta de dar algum tipo de desconto nos impostos aos bancos que quiserem se desfazer de suas carteiras de dívida se tornou uma hipótese bastante real e assustadora, porque impõe a necessidade de se dar explicações ao contribuinte — uma poderosa força política neste país —, que em última instância vai pagar esta conta. (M.F.B.)